LUMEN ET VIRTUS

Serviço social e lutas anticapitalistas em Angola no período de 1960-1980: Uma introdução crítica

https://doi.org/10.56238/levv15n39-158

José Dias Mateus
Mestre em Serviço Social e Política Social, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNES-FRANCA
Membro do Grupo de Pesquisa Gestão socioambiental e a Interface com a Questão Social da Unesp de Franca (GESTA); Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Marxista (GEPEM); Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Filosofia, Arte e Política (FIAPO); Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Política de Saúde e Serviço Social (QUAVISSS)
Docente da Universidade Católica de Angola
E-mail: Dias.mateus@unesp.br.

Rosalinda Chedian Pimentel
Pós -Doutora em Planejamento Urbano e Regional, economista e administradora, integrante de vários grupos de estudo na UNESP
Professora voluntária do programa da Pós-Graduação na Unesp Campus de Franca
E-mail: rchedian@gmail.com.

RESUMO
Através de uma introdução crítica, este artigo visa analisar a relação que se desenvolveu entre o Serviço Social e as lutas anticapitalistas acontecidas em Angola, entre 1960-1980, com o objetivo de apreender as determinações que construíram a profissão daquela época. A base materialista histórico-dialética conduziu o debate, mediante pesquisas bibliográficas e documentais, pelas quais se percebe que as lutas anticapitalistas, naquele período, eram parte constitutiva de um capitalismo dependente já instalado em Angola, pela via colonial portuguesa, e que essa formação social engendrou no Serviço Social uma profissão à serviço dos mecanismos de superexploração da força de trabalho, como também para formação de uma Angola com os ditames da civilização ocidental. Frente a tal realidade e tendo em conta as mediações teórico-metodológicas que moveram os revolucionários angolanos, as lutas desenvolvidas aboliram não apenas o regime colonial, assim como a profissão, em 1977, nos moldes em que esta foi apenas considerada “expressão do colonialismo”.

Palavras-chave: Serviço Social, Lutas Anticapitalistas, Angola.

1 INTRODUÇÃO

A “introdução crítica” ao tema apresentado conduz este debate, percebendo, de antemão, a escassa produção de conhecimento sobre o “anticapitalismo” e sua relação com o Serviço Social em Angola. Por isso, espera-se com este debate introduzir essas categorias em sua relação necessária, para se aproximar da realidade angolana, numa formação social de capitalismo dependente.

A posição “crítica” assumida na introdução, mediante a perspectiva histórico-crítica e dialética, enseja-se conseguir apreender as determinações materiais que permearam as lutas anticapitalistas em Angola, cuja dinâmica dá possibilidades de entender o movimento do Serviço Social nessa história, evitando dessa forma que se caia na super consideração da “história do Serviço Social” como se fosse autoexplicativa.

Como se manifestaram as lutas anticapitalistas em Angola entre 1960-1980? Qual foi a razão de ser do Serviço Social naquele período? Por que o Serviço Social foi abolido em 1977? Estas são as questões fundamentais que nortearam o debate, sem a pretensão de esgotá-lo, mas sim, introduzir criticamente o assunto, já que muitas pesquisas devem ser empreendidas para explorar melhor o debate.

Em termos metodológicos, tomou-se como base a pesquisa bibliográfica e documental para entender as principais categorias do debate, bem como entender as categorias auxiliares sem as quais não seria possível perceber as estruturas, processos e relações sociais pelas quais se desenvolveram as lutas anticapitalistas sintonizando-as com o ser do Serviço Social: a formação do capitalismo dependente. Com isso pode-se afirmar que situar a profissão, entre 1960-1980, é qualificá-la como expressão do colonialismo português em Angola, não sendo, todavia, suficiente sem entender a base material na qual se constituía o processo de colonização, tanto mais que as lutas anticapitalistas que se deram naquela fase indicaram que as resistências não foram apenas contra o colonialismo português, mas sim, contra o regime social capitalista que era guiado pelo imperialismo ocidental.

Por isso, o debate está estruturado fundamentalmente em três partes, sendo que na primeira aborda-se o “capitalismo dependente como base histórico-material da revolução angolana”; na segunda trata-se dos “rebatimentos das expressões das lutas anticapitalistas entre afirmação e negação do Serviço Social em Angola” e, como forma de conclusão provisória, na terceira parte se traz ao debate uma questão provocadora em forma de “hipóteses sobre os equívocos da razão abolicionista do Serviço Social em 1975-1977”.

2 CAPITALISMO DEPENDENTE: BASE HISTÓRICO-MATERIAL DA REVOLUÇÃO ANGOLANA

Começa-se o debate com a categoria “capitalismo dependente”, porque a base material das lutas anticapitalistas é a formação capitalista em sua particular manifestação na geografia humana, onde se

instala, além de a mesma categoria se apresentar como o chão, fundamento histórico-social do surgimento do Serviço Social em Angola.

Que carácter teve a revolução angolana no período entre 1960-1980? Este problema demanda respostas complexas e polêmicas. Tem-se certeza de que ocorreram resistências neste espaço, como também, frente ao colonialismo português, prevalece a certeza das resistências anticoloniais desenvolvidas neste período. Mas, as resistências anticoloniais são autoexplicativas como meras expressões da antítese do colonialismo?

Desde o "Tratado de Tordesilhas" até a emergência da Guerra Fria, os continentes que constituem o globo terrestre vão estabelecendo relações jamais vistas na história da humanidade, tratando-se por isso da globalização, que tem como base material o capital moderno, expansionista por essência, que pela acumulação primitiva vai traçar os complexos de ordenamento nacionais e internacionais, incorporando neles, uma lógica de dominação e subordinação entre os Estados modernos (Mészáros, 2002).

Então, refletiu-se que para apreender as determinações que explicam o carácter revolucionário, que se dinamizou no período referenciado, requer-se consultar o significado histórico-material e dialético da categoria "revolução". Esta categoria, na sua dimensão material, em Angola dos anos entre 1960-1980, em sua relação com as categorias "capitalismo dependente" e "lutas anticapitalistas" fará perceber as razões de o Serviço Social ter sido institucionalizado, em 1962 e extinto em 1975-1977, desprovido de valor de uso e por isso cancelado durante 27 anos.

Para Marx, a revolução pode ser política e revolução social. A primeira, por mais significativa que possa ser, caracteriza-se pela alteração da forma do Estado, na forma da dominação de classe, sem extinguir os mecanismos mais profundos de dominação e exploração da classe subalternizada, isto é, deixando intocados os fundamentos materiais que giram em torno da propriedade privada. Já a segunda, destrói aqueles fundamentos e os substitui por outros, eliminando, por isso mesmo, seus complementos políticos, como a eliminação do próprio Estado (Cotrim, 2007).

É percebendo a formação social, que explica o processo colonial em Angola, que se percebe a forma de luta/resistência revolucionária que ocorreu. O fim do século XIX e início do século XX, pelas crises das relações sociais escravocratas induzidas pela expansão capitalista (esta é expressa pelas pressões várias de se pôr fim à escravatura e o tráfico de escravos que os impérios, como o caso da Inglaterra, vão realizar), Portugal toma Angola para si, como uma província ultramarina. Portanto, uma colónia, na condição de ser um espaço geográfico-material voltada à exploração capitalista.

O capitalismo dependente é a formação social hegemônica, que explica a sociedade angolana, pelas determinações materiais contemporâneas de um país enquanto periferia política, econômica e sociocultural concebida, projetada, construída e controlada pelos centros capitalistas (Mateus; Pimentel, 2024).

Desde o fim do século XIX e toda primeira metade do século XX, Portugal viabiliza a instalação das estruturas, dinâmicas e relações capitalistas em Angola, num processo já definido dentro dos parâmetros de um capitalismo dependente (KATZ, 2020; SANTOS, 2023): Portugal, como forma de enriquecer-se torna-se intermediário dos impérios capitalistas para explorar matéria prima e mercadorias em Angola. Aqui a mercadoria já é síntese de muitas determinações de superexploração da força de trabalho de alguns angolanos, que vão se tornando trabalhadores livres e de outros, que ainda são dominados pelos resquícios das formas de trabalho compulsório, tal como explicita Chasin,

> [...] a sociedade pode se apresentar mais ou menos desenvolvida do ponto de vista capitalista, mais ou menos expurgada de elementos pré-capitalistas, mais ou menos modificada pelo processo histórico particular de cada país. De maneira que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a anatomia, mas que a realizam através de concreções específicas (Chasin, 1999).

Observe-se que em 1910, a fundação da república em Portugal traçou bases que deram um percurso novo da participação de Angola no mercado internacional. “Em 1912 foi despachado para Angola um novo governador, Norton de Matos, que pôs em prática medidas de exploração capitalistas (Dilolwa, 2000, p. 31)”. Variadíssimas determinações concorreram para este ideário, que não cabe explicar aqui. Apenas sintetizou-se algumas orientações:

a) Prosseguir com as obras de infraestrutura iniciadas, isto é, com a construção dos caminhos de ferro;
b) Lançar um programa de construção de estradas;
c) Tornar realmente obrigatório o <<imposto indígena>> instituído em 1906;
d) Dar dinamismo à obra, iniciada na segunda metade do século XIX, de fazer de Angola uma colónia de povoamento branco intensivo;
e) Acabar com a permuta para forçar a circulação monetária
f) Através de medidas económicas e administrativas liquidar a pequena burguesia africana, em que avultavam os funcionários;
g) Intensificar as operações militares, porque sobretudo se avizinhava a primeira guerra, e para que de facto fosse possível a exploração capitalista (Dilolwa, 2000, p. 31-32).

Baseando-se na produção de Chasin (1999) sobre as vias de instalação capitalistas, o capitalismo em Angola instalou-se pela via colonial portuguesa. Colonização aqui, deve ser entendida como um processo de ocidentalizar – o capitalismo é uma dinâmica civilizatória europeia Ianni (2001) – a forma de ser do ser social angolano. Colonizar, neste contexto, é um conjunto de mediações que devem viabilizar a instalação das estruturas capitalistas, colocando Angola numa posição que tangencia possibilidades de conexão com os monopólios internacionais. Uma das grandes expressões dessa conexão, em 1912, é a fundação da Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola (PEMA) para

exploração dos diamantes de Lunda. Foi a primeira companhia mineira fundada em Angola, que revela o interesse dos monopólios internacionais de se apoderarem das riquezas diamantíferas da bacia do Kasai (Dilolwa, 2000, p. 33).

Portugal, já na era republicana, deve criar condições que respondem ao contexto econômico-social e político do início do século XX, e que nessa fase, Angola é parte constitutiva daquele espaço político-administrativo, sofrendo qualquer alteração provocada por Portugal. Dá-se o caso da crise financeira de 1926 na república, que obriga a promulgação do Decreto nº 2.124, que visava reforma monetária em Angola, criando a junta da moeda de Angola e prevendo a constituição de um banco independente (Dilolwa, 2000). São as instituições capitalistas que estavam sendo criadas pela via colonial, numa fase em que se vai estabelecendo as bases do trabalho assalariado: o fundamento do capitalismo, na sua forma dependente, assentado na superexploração da força de trabalho.

É frente à instalação da barbárie capitalista colonial, como nova forma de barbárie em relação àquela que se baseava no tráfico dos escravizados, na era do comércio triangular, que os angolanos de 1960 estarão revoltados, embora "a mobilização e repressão colonial já tivesse se iniciado na década de 1920, com a criação de centros culturais, como a Liga Nacional Africana e o Grêmio Africano (Visentini, 2012, p.49)".

Todas as revoltas criadas, pelos angolanos nos anos 1960, alicerçaram a revolução política, aquela que criou ruptura contra a dominação portuguesa, através da qual se concretiza a independência nacional, em 1975.

O contexto dos anos 1960 em Angola é fortemente imbricado pela dinâmica da guerra fria entre as potências mundiais da época e do movimento independentista, que se vai dando em África (Visentini, 2012). "Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento. Quando pronunciou estas palavras, Kwame Nkrumah estava persuadido que a independência política era a chave de todas as melhorias projetadas para a condição africana (Unesco, 2010, p. 149)".

A primazia da independência política defendida por Nkrumah (um dos principais influentes das revoluções africanas das décadas 1950-1960) estava centrada nas determinações que o movimento socialista soviético (re)produzia nos processos de libertação nacional, e que, não seria de outra forma, numa fase em que a guerra fria estava no seu auge entre potências de blocos antagônicos, muitos movimentos africanos derrotaram os colonizadores com a bandeira do socialismo.

Os sujeitos revolucionários eram representados por formações partidárias angolanas fundantes, como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Estes, por imperativos das relações estabelecidas com as potências da guerra fria, ingressarão no jogo dialético e, por isso, contraditório de se pôr fim à colonização portuguesa. Por se tratar de uma revolução política em que

apenas muda a forma do Estado, as limitações dessa revolução vão ter de implicar o resignar-se à nova forma de colonização, a "neocolonização", pela soberania política angolana, que dá continuidade à formação capitalista dependente, porque suas estruturas e dinâmicas já haviam sido instaladas. Pela via colonial portuguesa constituiu-se o capitalismo dependente, cuja consolidação realizar-se-á pela via neocolonial, uma via (in)conscientemente assumida pelas disposições da emancipação política angolana da primeira república.

Entre os anos de 1960 e 1977, Angola registra uma série de resistências quer contra os portugueses e ao imperialismo, ambos processos marcados, sobretudo, pela forma como os principais revolucionários construíram consciência política fundamentada nos valores democráticos, que na época estava em fase de universalização. Dá-se o caso da instalação dos dispositivos mínimos dos direitos trabalhistas que o colono português foi efetivando para dar respostas às reivindicações dos angolanos recém-trabalhadores livres, principalmente a partir dos anos de 1955 (Dilolwa, 2000; Monteiro, 2016), como forma de se dar continuidade ao processo de colonização. É neste espaço de resistências revolucionárias que se situam as lutas anticapitalistas, suas contradições e o Serviço Social, como profissão instalada em 1962, pelos portugueses para a manutenção da ordem daquelas coisas.

Ver-se-á no espaço a seguir, as várias expressões das lutas anticapitalistas, e o movimento do Serviço Social no contexto marcado pela sua afirmação, que não durará por duas décadas completas. Assistirá, também, a sua antítese pelas contradições ideológicas produzidas pelo recém-Estado, que oficializa o socialismo como projeto de sociedade angolano.

3 REBATIMENTOS DAS EXPRESSÕES DAS LUTAS ANTICAPITALISTAS NO SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA

José Paulo Netto (1996) traz a tese com a qual se concorda, explicitando o Serviço Social como forma de trabalho assalariado, requerido nos conflitos entre capital/trabalho, na era dos monopólios do capitalismo, situado entre o fim do século XIX e início do século XX.

Mesmo que não seja linear, com as pistas de Amor Monteiro (2020), levanta-se a hipótese de que, a profissão em Angola, emerge na era do capitalismo de carácter dependente, concorrendo diretamente para os dispositivos de expropriação do trabalho excedente/mais-valia absoluta (pela superexploração) – ainda que isto se manifeste pela realização dos direitos sociais dos trabalhadores angolanos – e indiretamente, para os mecanismos de produção de mais-valia relativa e/ou capital constante para contribuir na acumulação de riqueza dos centros capitalistas da Europa ocidental e dos EUA.

Esta profissão nasce num tempo em Angola (1962), que as lutas anticapitalistas estão intensas. Não há coincidência aqui! Há uma teleologia que merece ser desvendada.

As lutas anticapitalistas neste curto debate, constituem-se como categoria analítica, reprodução ideal do movimento real das resistências universalizadas na civilização capitalista. Com essa categoria, pretende-se apreender a situação do Serviço Social entre as manifestações da barbárie produzidas pelas relações capitalistas mediatizadas pelo Estado colonial português, em Angola, e as várias formas de resistência contra tal ordem.

Lutas anticapitalistas são uma categoria polêmica e polissêmica, muitas vezes, vista como autoexplicativa, pouco explorada, mas que pela dedicação de alguns pesquisadores, como Adamovsky (2004); MTD (2009); López et al (org.) (2019), e segundo Melatti (2022) destaca-se também Wood (2011); Löwy e Robert (2015); Wright (2019) vai se percebendo o quanto ela é delicada, parecendo que tem faltado o cuidado de se levantar e assumir as suas polêmicas. O debate aqui, por questões de brevidade vai se fundamentar, principalmente, na perspectiva de Adamovsky (2004), para levantar hipóteses que serão aprofundadas em outras ocasiões devido à complexidade do assunto.

Segundo Adamovsky (2004) o anticapitalismo é parte constitutiva do capitalismo. Determinada forma de anticapitalismo corresponde ao capitalismo que o vigencia. Ao ser o capitalismo um modo de produção, que dá uma determinada forma às forças produtivas e às relações sociais de produção, portanto, ao ser um modo civilizatório diferente de outras civilizações que se deram na história da humanidade, uma história impregnada pela luta de classes, determinados sujeitos sociais localizados na posição da classe dominada realizam formas de resistência contra esse modo civilizatório das condições materiais da vida social mundial que também depende das suas particularidades e contextos.

A forma como o capitalismo se manifesta na fase da revolução industrial, que demarca um modo de organização do trabalho que lhe é peculiar, caracteriza, também, possibilidades de resistências, como expressão da organização do trabalho sob diversas formas de alienação e demanda diversos processos de emancipação.

É contra a sociedade burguesa do século XIX, que Adamovsky (2004) explica ter se manifestado as primeiras formas de revoltas, resistências expressadas, mormente, pelo socialismo utópico do qual faz parte o anarquismo. Naquele momento (século XIX), o proletariado (não mais anarquista) está se formando a ponto de elaborar-se o "Manifesto do Partido Comunista" – uma declaração oficial de uma visão social de mundo radicalmente diferente da sociedade burguesa, cujo socialismo científico (a expressão do nascimento do marxismo) será o projeto de sociedade mais contundente de direção do proletariado – o sujeito revolucionário da época – que com a Primeira e a Segunda Internacional vai desembocar no que se chama "a primeira revolução anticapitalista", a Revolução Russa de 1917 (Adamovsky (2004) .

Sendo as lutas complexas e polêmicas, tal condição ou carácter de ser, é rigorosamente revelado depois do fracasso da Revolução Russa. Explicita Adamovsky (2004) que, depois de 1917, derivam

do leninismo várias formas de se enfrentar a barbárie capitalista, um capitalismo que na era dos monopólios vai se expandindo em todo globo, destruindo modos de produção que o sistema mundial instalava. Deste processo ligado ao processo de colonização nascem movimentos de libertação nacional. No caso, o nacionalismo nos países classificados, como do terceiro mundo, segundo o autor, manifesta-se no século XX, como forma de luta anticapitalista. Trata-se de um nacionalismo anti-imperialista.

E, é nesse nacionalismo que se situa a revoluções chinesa, do Vietnã e tantas outras da Ásia; revoluções cubana, mexicana, boliviana e outras da América Latina; em África localizam-se as revoluções argelina, moçambicana, angolana e demais (Visentini, 2012). Estas revoluções foram nacionalistas e até certa medida anti-imperialistas.

As crises econômicas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas no século XX, farão emergir o que Adamovsky (2004) denomina de um "novo anticapitalismo", que se entende revelar processos de ruptura e continuidade de contrapor a ordem/civilização capitalista. O "novo anticapitalismo" manifesta-se pelas diferentes formas de lutas anticapitalistas, embora algumas antigas formas deem sequência expressiva. As antigas formas que coexistem com as novas são: socialismo/comunismo; nacionalismo anti-imperialista e doutrina social da Igreja (católica, pelo seu humanismo cristão abstrato).

Baseando-se naquele autor e no MTD[1] (2009), as novas formas do anticapitalismo revelam-se pétreas na Organização Popular, mediada pelos Movimentos Sociais.

Em todos os campos da sociedade a luta contra a dominação aparece, sendo sua principal forma a luta de classes. Um movimento social dá o corpo para essa luta contra a dominação que, por ser muito ampla, faz com que os movimentos sociais tenham as mais diferentes bandeiras de luta. Como o capitalismo tem diversos efeitos negativos sobre as nossas vidas, muitos movimentos sociais existem como forma de resistência a esses efeitos (MTD, 2009, p. 65).

Tratando-se da mesma questão social, com suas novas expressões no neoliberalismo, a luta pelas necessidades imediatas vai exercendo um redirecionamento às formas de resistência contra a civilização capitalista muito mais agressiva em termos de regressão do legado dos direitos trabalhistas (Iamamoto, 2015). As lutas anticapitalistas decorrem da dinâmica dos movimentos sociais expressos em: sindicatos, movimento dos desempregados, associações profissionais, movimentos antirracistas, feminismo, LGBTQ+, movimento dos sem-terra, da defesa dos grupos originários, dos ecologistas/ambientalistas, entre outros. Ainda que seja questionável, considera-se indispensável tal reflexão, não para encerrar a análise pelas conclusões definitivas, mas sim, para levantar hipóteses que darão direção às pesquisas urgentes e rigorosas sobre o pensar a respeito, no mundo e em Angola, de forma especial.

[1] Movimento de Trabalhadores Desempregados

Portanto, baseando-se em Adamovsky (2004), aterra-se em Angola pelos questionamentos, cujas respostas constituirão a exigir avaliações e reflexões, hipóteses que são parte do processo de pesquisa em andamento[2]:

a) quais as expressões das lutas anticapitalistas se desenvolveram entre 1960-1980?

b) existiu/existe lutas anticapitalistas em Angola?

c) qual foi o movimento do Serviço Social entre 1960-1980 em relação a existência ou não das lutas anticapitalistas?

A hipótese básica é que houve lutas anticapitalistas em Angola da década entre 1960-1980 que se expressaram por nacionalismo africano (o panafricanismo), movimentos de libertação nacional, luta antirracista, anticoloniais, anti-imperialistas, socialismo e lutas sindicais.

Depois de alguns movimentos sociais de resistência anticoloniais terem se constituídos em partidos políticos, na década de 1950, em 1960 começa a luta armada que visava enfrentar o regime colonial português, e por isso, além das determinações econômicas e políticas externas, as internas fazem com que o Serviço Social imprima o seu existir na década de 1960, exatamente para o Estado colonial português enfrentar os trabalhadores revolucionários angolanos, que exigiam, fundamentalmente, a libertação nacional.

A institucionalização do Serviço Social neste contexto vai ocorrer no ano de 1962, resultado de um "casamento" entre o "pai e provedor" ─ o Estado colonial português ─, e a "mãe e mestra" ─ a Igreja Católica (Monteiro, 2016). Pela necessidade de sintetizar a relação que se desenvolve entre as lutas anticapitalistas e o movimento do Serviço Social, deixou-se à parte as determinações que impulsionam a referida Igreja a fazer parte da história da profissão, buscando centralizar o que levou o Estado colonial português a requisitar a profissão.

Em 1962, inaugura-se a afirmação da profissão frente às lutas anticapitalistas, uma década em que também se instala a forma do trabalho assalariado no território angolano pela Política Ultramarina Portuguesa em Angola. Tal política foi expressa pelos programas sociais que, segundo Mendes apud Monteiro (2016), realizaram os mecanismos de aumento da produtividade da mão de obra. Ali encontrou-se a) Mecanismos de aumento da produtividade da mão de obra rural: duração da jornada de trabalho, habitação, alimentação, regime de férias**,** vestuário, assistência médica, ação social, previdência social; b) Mecanismos de aumento da produtividade da "mão de obra especializada**:** definição de salários, qualificação ou formação profissional, previdência social, ação social no trabalho.

É exatamente na instituição desses direitos sociais que o Estado português introduz o Serviço Social para a sua implementação (nos setores onde cabem a profissão), mas, sempre com a finalidade

[2] Este debate faz parte da pesquisa de doutorado que está ocorrendo neste momento sobre as lutas anticapitalistas em Angola.

clássica de controlar a força de trabalho, desmontando nos trabalhadores sua capacidade política de enfrentar a barbárie.

Em Angola, tratava-se de usar essas políticas para desmontar a dimensão que construíam redes de resistências, fazendo aliança com outros revolucionários africanos e europeus. A profissão, em meio à contradição com o seu viés moralizador cristão, e de raiz positivista-funcionalista (Monteiro, 2020) estava a serviço tanto da Igreja e, sobretudo, do Estado português, nas mais variadas formas de desarmar ou bloquear as lutas anticapitalistas, que estavam crescendo entre 1960-1974.

Os angolanos acabaram resistindo e vencendo as estratégias colonialistas, ainda que não de forma radical (no caso de se pôr fim à civilização capitalista, que já estava desenvolvida). O socialismo em Angola esteve sob influência principal da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e de Cuba, fontes ideológicas que moveram os revolucionários do país à época (MPLA-PT, 1985), sobretudo aqueles que conquistaram a independência nacional, em 1975 (o Movimento Popular de Libertação de Angola).

Sem a intervenção da União Soviética e dos seus aliados nas lutas da África Austral, a libertação desta região seria provavelmente muito retardada. Dá-se o caso da intervenção cubana na luta em defesa da soberania de Angola, como sendo o maior apoio externo já prestado em uma guerra de libertação africana (Unesco, 2010, p. 149).

Uma das marcas deixadas pelo socialismo na Angola Independente, é a Primeira República, que configura um ideário representado na Bandeira Nacional, cujos símbolos enaltecem as forças produtivas e os sujeitos revolucionários como os camponeses, operários, exército, intelectuais e a juventude (os cinco sujeitos que compõem a estrela comunista), capazes de erigir condições para enfrentamento do imperialismo com a suas expressões capitalistas.

Em 1975, Angola apresenta o seu primeiro projeto de sociedade, na condição do primeiro Estado moderno.

A República Popular de Angola é um Estado soberano, independente e democrático, cujo primeiro objetivo é a total libertação do Povo Angolano dos vestígios do colonialismo e da dominação e agressão do imperialismo e a construção dum país próspero e democrático, completamente livre de qualquer forma de exploração do homem pelo homem, materializando as aspirações das massas populares (ANGOLA, 1975, p. 4).

É com esta base que o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o partido que dá direção à nação angolana, transforma-se em MPLA-PT (MPLA- Partido do Trabalho) em 1977. Uma vez oficializado o socialismo, como projeto de organização econômica, política e social de Angola, um socialismo de Estado, muitos resquícios, expressões da tradição colonial, incluindo algumas[3]

[3] Cuidadosamente falamos em abolição de "algumas" categorias do capitalismo, porque o sistema do capital que é a alma do capitalismo, não foi destruído.

categorias da formação capitalista foram abolidas. O Serviço Social, enquanto filho do Estado colonial português e sua mãe Igreja Católica, por ser uma profissão ontologicamente de luta de classes – na era capitalista dos monopólios, no capitalismo dependente em nascimento – um dos instrumentos que garantia viabilidade para a superexploração da força de trabalho pelos mecanismos de aumento da produtividade da mão de obra dos angolanos, assistiu a sua antítese no emergir da Primeira República angolana.

Com a abolição da profissão, maior parte dos profissionais estava na mesma situação dos portugueses que colapsaram (com a sua fuga) o sistema administrativo de Angola – os funcionários públicos dos escalões médios e superiores como médicos, professores, enfermeiros, engenheiros – tinham de ir para Portugal (Vidal, 2011). Salienta Santo (2023, p. 201) que "após o 25 de Abril de 1974, cerca de 90% dos profissionais de Serviço Social, exercendo as suas funções em Angola, abandonaram o país".

Por imperativo das forças produtivas reais, que não respondiam às necessidades do socialismo oficializado, muitas crises se deram desde a própria fundação da República, que até 1990, o governo foi obrigado a realizar reformas econômicas (descartar a visão socialista da Economia e assumir a economia de mercado) e políticas (substituir o regime monopartidário pelo regime democrático. É em 1990 que começa penetrando o neoliberalismo com a falsa promessa de acabar com as crises decorrentes em toda Primeira República (que não eram crises leves!).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: HIPÓTESES SOBRE OS EQUÍVOCOS DA RAZÃO ABOLICIONISTA DO SERVIÇO SOCIAL EM 1975-1977

Concorda-se com a tese de José Paulo Netto sobre o Serviço Social, que emerge na era do capitalismo dos monopólios. E a relação desta profissão com o modo capitalista de produção é tão intrínseca que, tal como o capitalismo se instalou em Angola pela via colonial, o Serviço Social instalou-se pela mesma via.

E, por assim ser, a profissão teve, metaforicamente, um destino infeliz na Primeira República, já que não teve parentais adequados, considerando que a maior expressão de luta anticapitalista, que conduziu um dos grupos mais organizados dos anos 1960 – movidos pelo socialismo – tinha em sua morfologia tanto a antítese daquele Estado colonial português como a antítese da Igreja Católica (uma antítese genuína do socialismo que não fugiu à posição, segundo a qual "a religião é ópio do povo"), e por isso, o Governo de Agostinho Neto (primeiro presidente de Angola) não estava preparado o suficiente para tolerar este filho que de inocente não tinha nada (o seu carácter de classe).

As questões críticas que devem ser levantadas são:

a) o governo da Primeira República dispunha de condições materiais objetivas e subjetivas para destruir as estruturas capitalistas já instaladas pelos colonizadores portugueses, do qual o Serviço Social sempre constituiu uma profissão classista?

b) será que o recém Estado independente (no sentido moderno do termo Estado) era imune à questão social e suas expressões?

c) antes da abolição da profissão, por tudo que justificava a sua abolição, o governo da Primeira República de Angola, estava diante de um projeto societário que efetivaria a democratização das forças produtivas e relações sociais de produção daquela fase histórica?

d) o que era o Serviço Social para o Governo da Primeira República?

Estas questões levam à certeza de que é urgente a necessidade de explorar-se a realidade angolana, principalmente pela perspectiva histórico-crítica, para desvendar as determinações materiais e dialéticas que tornaram Angola no que é hoje. Isso requer empreender mais pesquisas nesta direção, sobretudo para perceber por que o Serviço Social tem o rosto que se revela hoje em Angola.

As hipóteses caminham no sentido que o primeiro projeto de sociedade no Estado moderno angolano foi concebido em meio às expressões das lutas anticapitalistas, cujas mediações careciam de determinações próprias à crítica, que dessem conta do espírito do capital, como um poder não apenas econômico, mas social. O capital aqui já se estabelecia como um sistema incontrolável do metabolismo social (Mészáros, 2002). E, quando se menciona o capital, faz-se referência ao capital moderno em Angola, expressão de capital universalizado, que já se manifestava nos moldes em que as dimensões políticas, econômicas e sociais mantinham os angolanos como seres sociais de relações capitalistas, ainda que o Estado se afirmasse socialista.

As pesquisas realizadas sobre a Primeira República de Angola, como o caso da obra "Angola: do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem" de Tony Hodges (2002), demonstram que a república ergueu-se sobre as crises que não seriam evitadas dada a forma como se deu o processo de descolonização, e que pela estrutura própria de um Estado moderno, não seria possível escapar-se da dinâmica da questão social, porque as estruturas capitalistas estavam presente nas relações entre os sujeitos sociais angolanos na Angola já independente.

As lutas desenvolvidas entre 1960-1974 não criaram condições objetivas e subjetivas capazes de levar os sujeitos revolucionários da época a reconhecerem a dialética do trabalho dos assistentes sociais, ou seja, o Serviço Social foi visto como uma profissão que tinha apenas compromisso com a classe dominante, uma profissão que nada tinha a ver com a emancipação política dos angolanos.

Considera-se que, ainda que a profissão fosse guiada pelo conservadorismo e que seu carácter conservador imprimisse práticas profissionais à luz da sua imagem e semelhança, nunca apagaria o seu

carácter de classe, sua possibilidade de desenvolver práticas emancipatórias, e com isso, sua contribuição na organização popular para desenvolver as lutas anticapitalistas naquelas duas décadas (1960 e 1970).

REFERÊNCIAS

ADAMOVSKY, E. Anticapitalismo para principiantes, 1ª ed., Buenos Aires: Era Nascente, 2004.

CHASIN, J. A Via Colonial de Entificação do Capitalismo. In: O Integralismo de Plinio Salgado - Forma de Regressividade no capitalismo Hiper tardio. 2ª edição, São Paulo: Ad Hominem/UNA, 1999.

COTRIM, L. C. A. Marx: Política e emancipação humana 1848-1871. São Paulo: PUC-São Paulo, 2007

DILOLWA, C. R. Contribuição à História Económica de Angola. 2.ª edição. Luanda: Editorial Nzila, 2000.

HODGES, T. Angola: Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem. Principia Editora, 2002.

IAMAMOTO, M. V. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, Octávio. Teorias da globalização. – 9ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KATZ, C. A teoria da dependência cinquenta anos depois; tradução: Maria Almeida. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MATEUS, J. D.; PIMENTEL, R. C. A dimensão socioeducativa do Serviço Social em Angola sob a perspectiva de Gramsci. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, pp. 207-221, maio/ago., 2024. Disponível em: https:/doi. org./10.12957/rep.2024.84197

MÉSZÁROS, I. Para Além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo, 2011. Boitempo.
MPLA-Partido do Trabalho. Angola: Trabalho e luta. Luanda: Edições DIP, 1985.

MELATTI, K. Elementos para o debate das vertentes do anticapitalismo. In: Simpósio da pesquisa "o Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais (1960 – 2020)", 2022.

MONTEIRO, A. A. Natureza do Serviço Social em Angola. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. Serviço Social, Estado e Políticas sociais em Angola: mediações teórico-metodológicas. Manaus: Alexa Cultural, 2020.

NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez. 1996

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. Lei Constitucional, Edição INA, Luanda, 1975.

SANTO, F. A. E. A institucionalização do Serviço Social em Angola: contribuição do Instituto Pio XII para a sua história. 1ª ed. Lisboa: Editora Caneta de Estilo, 2023.

SANTOS, T. Teoria da Dependência: Balanço e perspectivas. 2. Ed. – Florianópolis, SC: Editora Insular, 2023.

UNESCO. História geral da África, VIII: África desde 1935. editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.

Universidade Popular Movimento dos Trabalhadores Desempregados MTD-RJ. Cadernos Sociais: capitalismo, anticapitalismo e organização popular, Rio de Janeiro, 2009.

VIDAL, N. A génese da economia do petróleo e dos “esquemas” impeditivos do desenvolvimento. In: Nuno Vidal & Justino Pinto de Andrade (Org.). Economia política e desenvolvimento em Angola. Chá de Cachine – Angola & Portugal Média XXI, 2011.

VISENTINI, P. F. As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia; direção da coleção Emília Viotti da Costa, São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2012.